Flavio M. Heinz
(org.)

História Social de Elites

LabConeSul
História Social e Comparada

OIKOS
EDITORA

© Dos autores – 2011
flavio.heinz@pucrs.br

Editoração: Oikos

Revisão: Luís M. Sander

Capa: Flávio Wild

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund S. A.

Conselho Editorial:
Antonio Sidekum (Ed. Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (UNISINOS)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (ASPERSC)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luis H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL e CEHILA)
Milton Schwantes (UMESP)
Oneide Bobsin (EST)
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Esta publicação apresenta resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto PROCAD-NF/CAPES "Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar", reunindo equipes do PPGH-PUCRS, PPGS-UFS e PPGCP-UFPR.

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau – Cx. P. 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
www.oikoseditora.com.br
contato@oikoseditora.com.br

H673 História social de elites / Organizador Flavio M. Heinz. – São Leopoldo: Oikos, 2011.
168 p.; 16 x 23cm.
ISBN 978-85-7843-209-6
1. Elite. 2. História social – Elite. 3. História. I. Heinz, Flavio M.
CDU 316.344.42

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

"Um negócio entre famílias"
A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)

Jonas Moreira Vargas

Nos últimos anos, uma série de estudos vem demonstrando, a partir de uma rigorosa pesquisa empírica, a importância das elites provinciais no processo de construção do Estado imperial e sua atuação no interior do sistema político monárquico.[1] O presente estudo segue o caminho destas novas análises. O objetivo é investigar o topo da elite política rio-grandense, onde um número pequeno de indivíduos concentrou boa parte dos principais cargos e, portanto, o acesso direto ao mundo político da Corte. Este núcleo político era composto pelos conselheiros e ministros de Estado, os senadores e os deputados gerais. A ocupação de cargos nestas instituições fazia parte de um arranjo estratégico de famílias da elite, num projeto que envolvia a busca por riqueza, status social e poder político, além da diversificação da atuação de seus membros tanto em postos de mando locais quanto nacionais. Neste sentido, a cúpula do governo imperial era formada por membros de famílias enraizadas nos mais distantes municípios do país, de onde as mesmas dirigiam a política local, influíam nas eleições e agiam intensamente no interior dos canais de mediação que constantemente se abriam entre as paróquias e a Corte.[2]

O recorte temporal se justifica por dois motivos. Em 1868, o Partido Progressista foi extinto e seus componentes se distribuíram entre os partidos Conservador e Liberal. Portanto, o período entre 1868 e 1889 favorece

---

[1] Ver, por exemplo, Graham (2001), Dolhnikoff (2005), Martins (2007). Para uma autora sintonizada com estas ideias e que também defende a existência de um "Império negociado" ver Dantas (2009). Gouvêa (2008) também destacou "a extraordinária importância dos espaços políticos intermédios – regionais e locais" nesta dinâmica política, por meio do estudo da participação das elites regionais na Assembleia Provincial fluminense.

[2] Devidamente aprofundadas em Vargas (2010).

uma melhor comparação entre ambos os partidos.[3] Outro fator importante é que após a Guerra do Paraguai o Rio Grande do Sul ampliou sua importância política em nível nacional. Entre 1878 e 1889, a província teve mais ministros de Estado do que em todas as décadas anteriores somadas, o que estimula ainda mais a investigação dos fatores que levaram esta geração a penetrar no rígido núcleo da política central.

Apresentando a elite política

A seleção dos cargos políticos aqui analisados excluiu os vereadores e deputados provinciais, por ocuparem espaços de influência local e provincial, e os presidentes de Província, porque a grande maioria dos que ocuparam o cargo era formada por políticos de outras províncias nomeados pelo governo central. Tais particularidades não contribuem para a proposta da presente análise, pois dizem pouco sobre quem compunha o topo da elite política no Rio Grande do Sul, ou seja, ocupava os principais cargos de mediação política entre a província e a Corte e possuía uma forte relação eleitoral com as famílias das elites locais.[4]

O Conselho de Estado, órgão que Joaquim Nabuco chamou de o "cérebro da monarquia", era um espaço reservado aos políticos mais experientes do Império e que, a partir de uma convocação do imperador, deliberavam sobre assuntos de caráter nacional, muito embora questões provinciais e até mesmo locais também acabassem minando as reuniões. Ao contrário dos ministros de Estado, mas assim como os senadores, os conselheiros, uma vez nomeados pelo imperador, exerciam seu cargo de maneira vitalícia.[5] Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve somente um conselheiro de Estado.

[3] Esta polarização dominou o panorama político provincial até meados de 1889, quando, pela primeira vez, o Partido Republicano Rio-Grandense obteve mais votos que o Conservador nas eleições provinciais (FRANCO, 1996). Mas antes disto, seu eleitorado dificilmente ultrapassou os 10% da província e nenhum membro do PRR acessou os cargos aqui analisados (VARGAS; SACCOL, 2010).

[4] No entanto, para uma análise dos deputados provinciais ver Vargas (2010). Ainda esta por ser feito um estudo sobre os presidentes da Província. Considerações iniciais foram realizadas em Vargas (2008).

[5] Embora este órgão de poder tenha sido estudado por vários autores, recomendo Martins (2007).

Os ministros de Estado eram os agentes do Poder Executivo imperial. Antes de 1847, o imperador os escolhia livremente, e após esta data, ele passou a indicar somente o presidente do Conselho de Ministros, que, por sua vez, distribuía as pastas aos seus correligionários. Até 1861, as pastas ministeriais eram as seguintes: Guerra, Marinha, Justiça, Fazenda, Negócios Estrangeiros e Império. Após esta data, somaram-se a Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O número de rio-grandenses a ocuparem algum ministério durante o período estudado foi de oito políticos.

Assim como o Conselho de Estado, o Senado era uma das instituições mais conservadoras e elitistas do regime monárquico brasileiro. Primeiro, porque o mandato era vitalício e reunia os líderes políticos mais experientes da época. Segundo, porque eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice sufragada pelos eleitores provinciais. Cada província possuía uma representação proporcional à sua população. Ao Rio Grande do Sul eram reservadas três cadeiras. Apenas para comparação, Minas Gerais possuía 10 senadores, Bahia e Pernambuco possuíam seis cada, São Paulo e Ceará quatro e o Rio de Janeiro três.[6] Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve oito senadores.

Os deputados gerais exerciam mandatos de quatro anos, mas como em várias ocasiões as Câmaras foram dissolvidas, muitos não completaram sua legislatura. Como demonstrou Miriam Dolhnikoff, este era o espaço privilegiado para a atuação das elites provinciais. Para tornar-se um deputado geral, o candidato não dependia de uma seleção tão rigorosa quanto um senador, ministro ou conselheiro de Estado. Sua entrada neste círculo restrito dava-se depois de meses de negociações nos seus distritos eleitorais e era consagrada após uma vitória em pleitos bastante disputados. O Rio Grande do Sul tinha direito a seis cadeiras por legislatura e teve 29 deputados gerais durante o período analisado.

Ao comporem o topo da elite política no Rio Grande do Sul, os mesmos passaram a ter acesso direto aos diversos recursos materiais e imateriais que emanavam do mundo da Corte. Portanto, ao se inserirem na elite política imperial, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados

[6] A melhor obra sobre o Senado nas últimas décadas da Monarquia é a de Leite (1979).

na província, puderam ampliar ainda mais as suas clientelas regionais, reproduzindo a desigualdade socioeconômica dentro da própria província e garantindo a permanência da sua posição de elite. Portanto, ao ocuparem altos cargos políticos, a sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e de conceder favores aumentou muito o seu poder (VARGAS, 2010). Neste sentido, dentro do mundo da política, eles passaram a ocupar um papel central.

Os políticos que ocuparam altos cargos na Corte, independentemente da província que representavam, não devem ser vistos somente como os responsáveis por dirigir os negócios da nação. A expectativa dos seus familiares, das suas clientelas e dos seus eleitores e aliados políticos possuía um peso igual ou maior do que as suas obrigações para com o governo imperial.[7] Neste sentido, todos eles recebiam a função de diminuir o abismo espacial e temporal que separava as suas paróquias de origem da Corte. Esta distância constituía-se num obstáculo por onde somente alguns poucos indivíduos conseguiam transitar com distinção e dele obter ganhos. Ao romperem com a barreira que dividia estes dois mundos, eles tornavam-se *mediadores*, interligando as suas "aldeias" com a capital do país.[8] Tal façanha oferecia aos mesmos um acesso mais qualificado ao núcleo político do Império e lhes conferia o poder de captar recursos materiais (terras, escravos, animais, cargos, dinheiro) e imateriais (títulos, favores e prestígio social) para as suas províncias, servindo de informantes tanto aos seus co-provincianos como ao governo central.

A análise da elite política

O conjunto de características que possibilitava a um indivíduo ultrapassar o mundo da paróquia e ingressar no mundo da Corte deve ser com-

[7] Para uma análise mais aprofundada ver, por exemplo, Graham (1997) e Martins (2007).

[8] De acordo com Sydel Silverman, o mediador é um tipo específico de intermediário, responsável por estabelecer uma conexão entre um sistema local e outro nacional, onde aquele está necessariamente inserido neste. Seria como um município dentro de um estado ou uma aldeia dentro de um reino, por exemplo. No entanto, para uma melhor utilização do termo, Silverman deixa claro que o mediador é um indivíduo que reúne em si (portanto é atributo exclusivamente pessoal e não transmissível) a habilidade de interagir tanto com o sistema local quanto com o nacional (SILVERMAN, 1977, p. 293-304).

preendido de forma dinâmica, como fruto do investimento econômico de suas famílias e do manejo das redes de relações políticas em que o mesmo estava inserido. Desde o século XVIII, o surgimento de lideranças militares nas muitas guerras em que o Rio Grande do Sul esteve envolvido e a importância da economia pecuarista e charqueadora foram traços estruturais desta sociedade e deixaram profundas marcas em sua elite política e nobiliárquica. É sob a luz destes fatores que devemos entender as estratégias das famílias de elite para buscar o exercício dos principais cargos, o que será analisado adiante. Somados às origens sociais e geográficas, estes fatores ajudavam a condicionar a trajetória dos mesmos e influíam em suas escolhas nas áreas da formação educacional, da profissão e das opiniões políticas, entre outras. Também é necessário ressaltar que as mesmas escolhas estavam intimamente relacionadas às mudanças conjunturais de ordem política e socioeconômica ocorridas ao longo de suas vidas e que, portanto, não estavam determinadas desde a sua infância.[9]

Somando todos os que ocuparam os cargos mencionados, e tendo em vista que alguns deles acumularam um ou mais destes, temos 34 indivíduos.[10] Entre os mesmos, oito foram senadores, oito foram ministros e um foi conselheiro de Estado. Como quatro senadores também foram ministros e o único conselheiro também foi ministro e senador, o topo desta elite (conselheiros, ministros e senadores) reunia 12 indivíduos. Eles pertenciam ao alto escalão da elite política rio-grandense e estavam hierarquicamente acima dos outros 22 que foram somente deputados gerais. Esta distinção exige uma abordagem em separado. Para fins analíticos, chamarei o escalão político superior de o *Grupo dos 12*. Como somente um político foi conselheiro de Estado, irei analisar apenas os ministros e senadores, pois o estudo de apenas um conselheiro, no caso Gaspar Silveira Martins, seria quase um ensaio biográfico. Entretanto, este solitário conselheiro também foi ministro, senador e deputado geral. Portanto, ele não deixará de ser

[9] O método prosopográfico é a principal referência para a análise dos dados a seguir. Para maiores detalhes sobre o método ver Stone (2011), Heinz (2006) e Charle (2006). Realizei comentários mais aprofundados em Vargas (2010).

[10] As informações que ajudaram a compor os dados aqui analisados foram extraídas de dicionários biográficos, publicações especializadas e fontes documentais diversas. O repertório das mesmas foi melhor explicitado em Vargas (2010).

analisado com o restante do grupo. Talvez muitos dos equívocos da historiografia rio-grandense sobre este tema sejam fruto exatamente de uma análise exclusivista do papel de Silveira Martins.[11]

Ministros e senadores

Dos oito ministros, apenas o general Manuel Luís Osório (marquês do Herval) não possuía curso superior. Ele assumira a pasta da Guerra (1878-1879) mais pelo seu prestígio militar do que por sua carreira parlamentar – que era completamente inexpressiva.[12] José Antônio Corrêa da Câmara, o visconde de Pelotas, outro militar nacionalmente respeitado, formou-se na Escola Militar de Porto Alegre (1855), vindo a ocupar a mesma pasta da Guerra (1880). Gaspar Silveira Martins (ministro da Fazenda em 1878), Henrique Francisco d'Ávila (ministro da Agricultura, Comércio e Obras-Públicas em 1883) e Antônio Ferreira Vianna (ministro do Império e da Justiça em 1888-1889) formaram-se em Direito na Faculdade de São Paulo e na mesma turma (1855). Outros dois bacharéis foram escolhidos ministros – Francisco Antunes Maciel (ministro do Império em 1883-1884), que se diplomou em Montevidéu, no início da década de 1870, e José Francisco Diana (ministro de Estrangeiros em 1889), também formado em São Paulo, em 1868. O último ministro da lista foi Antônio Eleutério de Camargo (ministro da Guerra em 1885), diplomado em Engenharia Militar no Rio de Janeiro, em 1856. É possível, portanto, perceber que quatro destes políticos formaram-se no ano de 1855, sendo três em Direito e na mesma turma. Isto evidencia que as redes sociais desta elite podiam começar desde a juventude, ampliando-se ao longo do tempo, quando os seus colegas de faculdade já ocupavam postos importantes em nível nacional.

[11] Sobretudo a respeito da elite política monárquica ser basicamente formada por estancieiros da região da Campanha, o Partido Liberal ser hegemônico naquela região e com exceção de Silveira Martins os outros serem meros políticos de aldeia. Para maiores detalhes, ver Vargas (2010).

[12] O que não significa que Osório não participasse do mundo da política. Agindo fora do mundo dos parlamentos e articulando a poderosa rede de relações que possuía entre os estancieiros, ele foi fundamental na reorganização do Partido Liberal nos fins da década de 1850, sempre trabalhando pela eleição de seus candidatos (VARGAS, 2010).

Quanto aos senadores pelo Rio Grande do Sul, entre 1868 e 1889, têm-se os seguintes políticos: Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1843-1880), José de Araújo Ribeiro, o visconde do Rio Grande (1848-1879), Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1870-1875), Florêncio Carlos de Abreu e Silva (1880-1881), Manuel Luís Osório (1877-1879), José Antônio Corrêa da Câmara, o visconde de Pelotas (1880-1889), Gaspar Silveira Martins (1880-1889) e Henrique d'Ávila (1882-1889). Destes oito senadores, os últimos quatro já foram citados anteriormente por terem sido também ministros de Estado. É importante considerar que, destes senadores, cinco já eram adultos quando estourou a Revolta dos Farrapos (1835-1845). Os mesmos participaram da Guerra seja como autoridades administrativas (Araújo Ribeiro e Fernandes Braga), seja como militares (Caxias, Pelotas e Osório). Um detalhe importante é que todos eles estiveram do lado legalista, o que indica que eram fiéis à Coroa desde longos anos. Este era um fator fundamental para serem escolhidos na lista tríplice pelo imperador, em vista da vitaliciedade do cargo. Além disso, Osório, Pelotas e Caxias tiveram importantes participações nas lutas contra Rosas, na década de 1850, e Solano Lopez, na década de 1860 – o que reforça sua ligação com os interesses políticos da Coroa. Já Araújo Ribeiro e Fernandes Braga eram formados em Coimbra, o que o inseria no grupo de bacharéis estudado por José Murilo de Carvalho (2003) e que contribuiu significativamente com a construção do Estado imperial.

Tendo apresentado o topo desta elite, agora é possível analisá-la conjuntamente. A terça parte dos membros do *Grupo dos 12* estava alinhada ao Partido Conservador (Braga, Araújo Ribeiro, Caxias e Ferreira Vianna). Isto evidencia a hegemonia política que os liberais exerceram na província e que já foi enfatizada por outros autores (PICCOLO, 1974; CARNEIRO, 2000). Entre os ministros de Estado, somente Ferreira Vianna era conservador. O predomínio dos liberais entre os ministros fica mais evidente ao se considerar que Vianna construiu toda a sua carreira fora da província onde nascera.[13] Esta informação é bastante significativa, pois revela que, quando

[13] Natural de Pelotas, Antônio Ferreira Viana (1834-1905) formou-se em Direito em São Paulo, em 1855, sendo promotor público no Rio e deputado geral pela mesma Província em diversas legislaturas.

os conservadores assumiam o poder na Corte e organizavam a lista dos possíveis ministros lembrados para ocuparem as pastas, não chamavam seus correligionários sul-rio-grandenses para o governo. Este fenômeno pode ser reflexo dos períodos de relativa fraqueza em que o Partido Conservador encontrou-se no Rio Grande do Sul. Além disso, a violenta cisão interna do partido em 1870 (entre lobos e cordeiros) e a oposição que muitos conservadores rio-grandenses fizeram ao Gabinete Rio Branco (1871-1875) podem ter acabado com qualquer chance dos mesmos serem convocados para algum ministério.[14]

Com relação à instrução educacional, 92% dos membros do grupo possuíam formação superior, constituindo-se em exceção apenas o general Osório. A grande maioria era formada em Direito, sendo cinco em São Paulo, dois em Coimbra e um em Montevidéu. A ausência completa de bacharéis formados em Recife é um demonstrativo de que esta faculdade exerceu um papel secundário na formação dos principais membros da elite política do Rio Grande do Sul. Os outros três membros diplomados haviam estudado na Escola Militar do Rio de Janeiro. A partir destes dados, é possível inferir a profissão seguida pelos mesmos. Em números, têm-se seis advogados, três militares, um diplomata, um engenheiro e um desembargador. Muitos dos advogados também atuavam no jornalismo político. O destaque é a total ausência dos médicos e dos padres, profissionais presentes em outras elites políticas da época, mas que não conseguiram superar os militares e advogados nas disputas eleitorais da Província.[15]

No século XIX, não era raro os membros das elites terem seus rendimentos provenientes de outras ocupações econômicas. Portanto, além de poderem exercer mais de uma profissão, muitos deles também eram grandes proprietários de terra. Geralmente estas atividades econômicas eram compartilhadas com membros de sua família. O alto nível de educação e as profissões escolhidas permitem inferir que os mesmos pertenciam a famílias da elite econômica da província, pois o investimento na formação superior

[14] Sobre esta cisão ver Piccolo (1974) e Carneiro (2000). Para argumentos que mostram a força do Partido Conservador na campanha ver Vargas (2010).

[15] A presença dos médicos e padres no topo da elite política imperial foi demonstrada por Carvalho (2003).

era bastante custoso. Neste sentido, a origem social dos políticos analisados pode ser indicada pela atividade econômica e/ou a profissão dos seus pais. Pelo menos seis membros do *Grupo dos 12* vinham de famílias de ricos estancieiros, ou seja, a metade deles eram pecuaristas. Quanto aos outros, um era filho de um charqueador que também criava gado, outro de um rico comerciante e três de oficiais militares, cujo patrimônio fundiário não parecia ser de monta. O caso mais interessante foi o de Antônio Eleuthério de Camargo. Filho de um policial de poucas posses, conseguiu sentar praça no Exército, sendo encaminhado à Escola Militar. Formado em Engenharia, tornou-se redator-chefe do jornal liberal *A Reforma*, onde seguiu fielmente o seu chefe Silveira Martins, e, depois de ser deputado por vários mandatos, tornou-se ministro da Guerra, em 1885. Sua trajetória revela que havia espaços para a ascensão social, em investimentos que conjugassem a meritocracia com o patronato dos grandes líderes políticos.[16]

A análise do local de nascimento complementa a da origem social e ajuda a revelar quais regiões estavam mais propensas a formarem jovens capazes de ingressar no topo da elite política, uma vez que o mais comum eram as carreiras se iniciarem desde a juventude nas próprias academias de ensino superior do Império. Analisando os seus dados biográficos percebe-se que ¾ deste grupo provinha de um eixo mais próximo ao litoral (Rio Grande [um], Pelotas [dois], Conceição do Arroio [um], Jaguarão [dois] e Porto Alegre [três]). Daqueles dois rio-grandenses que não provinham deste eixo, pelo menos um migrou definitivamente até ele para construir sua carreira: o já mencionado Eleuthério de Camargo, natural de Uruguaiana. Gaspar Silveira Martins também migrou para Porto Alegre, mas nunca abandonou suas bases econômicas em Bagé. Caxias foi o único político nascido em outra província: Rio de Janeiro. Portanto, pode-se afirmar que os membros do *Grupo dos 12* não eram, na sua grande maioria, filhos de estancieiros da região da Campanha.[17] Muitos dos pais destes políticos realmente eram criadores de gado, porém suas propriedades se localizavam

[16] Neste sentido, as trajetórias do general Osório e de Florêncio Carlos de Abreu e Silva também são elucidativas (VARGAS, 2010).

[17] Mesmo que se considere Jaguarão com um perfil geoeconômico semelhante ao da Campanha, somente 1/3 dos políticos pertenceriam a esta região.

nos municípios mais próximos do complexo charqueador pelotense, e não na fronteira oeste da província.

Investigando a carreira política dos membros do *Grupo dos 12*, percebem-se alguns indicadores em destaque. Existia uma espécie de hierarquia política que parece ter condicionado a carreira de alguns, tendo sido contornada por outros. Antes de eleger-se ao Senado ou receber uma pasta ministerial, nove destes políticos haviam exercido mandatos de deputados provinciais e, posteriormente, de deputados gerais, ingressando no *Grupo dos 12* após adquirir uma certa experiência na política parlamentar. Apenas três romperam com esta tendência e foram exatamente aqueles que construíram suas carreiras no campo de batalha – Osório, Caxias e Pelotas.

Quanto à faixa etária necessária para o ingresso no *Grupo dos 12*, não houve um padrão rígido de recrutamento, mas alguns comentários merecem ser feitos. Caxias, com 40 anos, e Araújo Ribeiro, com 48, ingressaram no *Grupo dos 12* na década de 1840. Todos os outros 10 foram recrutados após 1868 – nosso marco temporal. Entre os dois mais jovens estão o citado Caxias (40 anos) e Florêncio de Abreu (40 anos). O mais velho a ingressar no *Grupo dos 12* foi Manuel Osório, que se elegeu senador aos 69 anos. O segundo e o terceiro mais velhos foram Antônio Braga (65 anos) e o visconde de Pelotas (56 anos). Percebe-se, portanto, que, dos três políticos mais velhos a ingressarem no *Grupo*, os dois principais militares sul-rio-grandenses estão presentes. Se reduzirmos esta análise apenas aos oito ministros, Osório e Pelotas constituem-se nos dois políticos com maior idade (bem acima da média de 44 anos apontada por Carvalho [2003]) trazendo uma outra excepcionalidade para as suas carreiras. Entre os oito senadores, somente dois não foram presidentes de Província: novamente Pelotas e Osório. Isto revela ainda mais a inexperiência político-administrativa de suas "meteóricas" carreiras políticas, muito diferentes daquelas construídas pelos bacharéis em Direito.

Portanto, os militares tiveram uma presença notável neste grupo, pois eles compuseram a metade dos membros que conseguiram acumular uma cadeira no Senado com uma pasta ministerial. Este se constituiu num traço característico da Província. O Rio Grande do Sul, junto com Santa Catarina, foi uma das únicas províncias que teve senadores militares nas duas últimas décadas da monarquia, ou seja, num momento em que os mesmos

vinham sendo institucionalmente afastados desta elite.[18] Outro fator importante é que o Ministério da Guerra foi a única pasta em que os rio-grandenses conquistaram um destaque em nível nacional.[19] Portanto, a caminhada política dos militares até a Corte encontrou obstáculos diferentes dos enfrentados pelos bacharéis em Direito. Numa província onde as guerras foram quase que endêmicas, os altos oficiais nutriram um alto prestígio social. A conversão do mesmo em capital político lhes possibilitou ascender diretamente ao *Grupo dos 12*, e tal façanha foi facilitada após da Guerra do Paraguai, onde os rio-grandenses tiveram papel marcante (VARGAS, 2010). O mesmo não ocorreu com os advogados, que tiveram que cumprir um longo "estágio" na Câmara dos Deputados até chegarem ao topo daquela elite política.

Os deputados gerais

Entre 1868 e 1889, o Rio Grande do Sul teve 29 deputados gerais. Cabe ressaltar que eram reservadas aos sul-rio-grandenses seis cadeiras por legislatura e que muitos destes 29 deputados foram eleitos mais de uma vez ao longo destes 20 anos. Além disso, sete destes 29 deputados conseguiram ascender ao *Grupo dos 12*. Com relação à filiação partidária dos mesmos, verifica-se um equilíbrio maior que no *Grupo dos 12*, pois foram 13 deputados conservadores e 16 liberais, embora estes últimos tenham acumulado mais mandatos. O índice de deputados gerais com formação superior é praticamente o mesmo que o dos membros do *Grupo dos 12*, pois somente dois deles não tinham diploma. Irineu Evangelista de Souza, o visconde de Mauá,

[18] Conforme Carvalho (2003), tanto os militares quanto os magistrados, a partir da Lei eleitoral de 1855, foram sofrendo uma série de restrições quanto às suas candidaturas, pois se acreditava que o sucesso do processo de profissionalização das Forças Armadas e do Judiciário deveria afastar seus membros da política.

[19] O Rio Grande, durante todo o período imperial, teve 13 ministros (6 % do total). Destes, sete ocuparam a pasta da Guerra, o que indica que os membros da elite política desta província eram mais lembrados e recrutados para a Corte quando os assuntos eram desta competência. Entre 1832 e 1889, 52 homens ocuparam o Ministério da Guerra, sendo 11 da Corte, sete do Rio Grande do Sul, sete de Portugal e sete baianos, apenas para citar as principais regiões representadas (o restante estava distribuído pelas outras províncias).

comerciante e banqueiro conhecido nacionalmente, e Joaquim Pedro Salgado, coronel da Guarda Nacional de Porto Alegre e empregado público da Fazenda Provincial, tinham contra si este indicador, que reduzia as chances dos candidatos.

Quanto ao curso de formação superior dos mesmos, percebe-se que 20 deputados eram bacharéis em Direito, isto é, 69% do grupo. Destes, 13 formaram-se em São Paulo, cinco em Recife, um em Olinda e um em Montevidéu.[20] Portanto, apesar de Recife ter tido importância na constituição deste grupo, fica evidente que a Academia Paulista exerceu a maior influência na formação da elite política rio-grandense. Completando o grupo temos um formado na Escola Militar, dois formados em Engenharia e quatro em Medicina – todos no Rio de Janeiro. Isto indica que, apenas ao irem estudar fora de sua Província, quase 1/3 deles já havia frequentado a Corte, retornando para suas províncias com uma rede de relações sociais bastante ampla. Com relação à profissão, tem-se, portanto, um grande predomínio das carreiras jurídicas, com destaque para os advogados, que somavam 17 indivíduos (59% dos deputados). O restante estava composto por quatro médicos, três magistrados, dois engenheiros, um empregado público, um banqueiro e um militar. Portanto, é possível perceber que, neste espaço de poder político, os médicos conseguiram penetrar com mais facilidade, mas, quando enfrentavam os advogados e militares nas eleições para o Senado, eles eram derrotados. Tal tendência parece revelar que o potencial eleitoral dos mesmos não encontrava dimensões provinciais, mas apenas distritais, o que pode ser consequência do caráter mais localizado do exercício de sua profissão.

A origem social dos deputados gerais é praticamente a mesma dos senadores e ministros. Dos 29 deputados, obtiveram-se informações para 20 deles. Destes, pelo menos 10 tinham pais estancieiros, três charqueadores, dois comerciantes. Outros quatro eram filhos de militares e um de magistrado. Alguns estancieiros também eram oficiais da Guarda Nacional e outros militares também criavam gado. É possível que entre os nove sem informações seguras também haja criadores de gado. No que diz respeito

[20] O curso jurídico de Olinda transferiu-se para Recife em 1854.

aos locais de nascimento, apenas três deputados gerais eram naturais de outras províncias. É importante destacar a ínfima representação (apenas dois deputados) do que poderia ser considerado como "metade norte" da província na época: Antônio Antunes Ribas, representante de Santo Ângelo, era advogado formado em São Paulo e também foi jornalista.[21] Egídio Barbosa de Oliveira Itaqui era advogado formado pela mesma faculdade. Abriu banca em Itaqui, onde permaneceu por muitos anos até mudar-se para a capital, também à procura de melhores oportunidades profissionais e políticas. Esta pouca representatividade pode ter contribuído para a grande adesão da região ao republicanismo, algo que se tornou mais evidente no início do século XX.[22]

É possível verificar que 11 deputados (38%) eram naturais do eixo Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, o que evidencia que este grupo da elite política tinha fortes raízes nos centros mais urbanizados e financeiramente mais desenvolvidos da província. Além disso, muitos deles tinham laços de parentesco com estancieiros, negociantes e charqueadores nestas localidades, isto quando eles próprios não o eram. Pode servir como exemplo o advogado conservador Ildefonso Simões Lopes, irmão do coronel João Simões Lopes, visconde da Graça – rico charqueador em Pelotas.[23] Francisco Antunes Maciel e Francisco Carlos de Araújo Brusque, pelo lado liberal, e João Jacintho de Mendonça e seu filho Joaquim Jacintho de Mandonça, pelo conservador, foram outros pelotenses que apresentaram o mesmo tipo de ligações familiares. Próximo a Pelotas, em Jaguarão, estavam os advogados Henrique Francisco d'Ávila e José Francisco Diana – estancieiros e sócios em uma empresa bancária. Outro deputado vinculado a esta região foi o visconde de Mauá, que, apesar de ter nascido em Arroio Grande,

[21] Ribas também advogou em Cruz Alta, cidade maior e onde certamente conseguia melhores rendimentos, e posteriormente migrou para Porto Alegre, talvez com o mesmo fim. Por laços de matrimônio, sua família ligou-se ao poderoso clã dos Pinheiro Machado, que possuíam terras em São Luiz Gonzaga – município vizinho.

[22] Ver, por exemplo, Love (1975); Félix (1987); Franco (1996).

[23] Também era um dos chefes conservadores de maior prestígio. Comandante da Guarda Nacional em Pelotas, também foi presidente da Província em 1871, época em que o irmão ocupava uma cadeira na Câmara.

mudou-se jovem para a Corte, onde fez carreira comercial e fixou sua residência.

Outra parcela deste grupo possuía um perfil mais urbano, muito embora se entrelaçasse com famílias de proprietários de terra. O médico Luís da Silva Flores e o advogado Florêncio de Abreu, ambos liberais, eram homens com fortes raízes em Porto Alegre, assim como o conservador e também médico José Bernardino da Cunha Bittencourt. O militar Manuel Marques de Souza, conde de Porto Alegre, ao casar-se com a filha do Barão de Saican, aproximou-se de uma fortuna bastante significativa, apesar de ser toda ela constituída fora do país.[24] O médico Joaquim Pedro Soares clinicava em Porto Alegre e era casado com a filha de João Dias de Castro, estancieiro em Piratini e presidente da Província em uma ocasião.

Na região central-colonial do Rio Grande do Sul, encontramos um parlamentar natural de Cachoeira e três de Rio Pardo, sendo estes últimos três conservadores. Paulino Rodrigues Fernandes Chaves era magistrado e filho do senador Pedro Chaves. Inocêncio Veloso Pederneiras e Antônio Alves Guimarães Azambuja eram aparentados e pertenciam a famílias de estancieiros de Rio Pardo, onde possuíam fortes bases políticas. O liberal Felisberto Pereira, advogado e empregado público, construiu a sua carreira profissional e política em Porto Alegre.

Dos 29 deputados, sete (24%) eram naturais da região da campanha, índice menor que os do eixo litorâneo acima descrito. Joaquim Pedro Salgado nasceu em Alegrete, mas migrou para Rio Pardo e, posteriormente, para Porto Alegre, onde se estabeleceu definitivamente. Suas relações com a Campanha perderam-se ao longo da vida, tanto que sempre se elegeu pelo distrito eleitoral da capital. Caso idêntico foi o do engenheiro Antônio Eleuthério de Camargo, citado anteriormente. Nascido em Uruguaiana, ele passou a concentrar os seus investimentos políticos muito mais na capital do que naquela região. Fernando Osório nasceu em Bagé, mudou-se menino para Pelotas, onde construiu toda a sua carreira como advogado e

[24] José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça (barão de Saican) era brigadeiro do Exército. Por ser primogênito de sua família, herdou "bens vinculados ou de Morgado na Europa, consistindo em sete Fazendas sitas, parte do Reino de Portugal, e parte em Olivença, no Reino de Espanha, e uma casa na praça de Elvas" (CARVALHO, 1937, p. 216).

jornalista e vinculou-se a famílias de charqueadores deste município. Entretanto, dois deputados conservadores mantiveram-se advogando em suas terras na Campanha, formando um forte núcleo deste partido. O advogado Severino Ribeiro Carneiro Monteiro era neto de Bento Manoel Ribeiro e filho de Vitorino Monteiro, barão de São Borja, com estâncias em Quaraí e Alegrete. Tornou-se chefe político conservador entre 1877 e 1886. Seu aliado foi o advogado Francisco da Silva Tavares, filho de importante família de estancieiros em Bagé.

Estas trajetórias revelam que muitos dos nascidos na região da Campanha (Salgado, Eleuthério, Silveira Martins, Fernando Osório) migravam para outras localidades, onde puderam encontrar melhores oportunidades de ascensão profissional, por exemplo. Portanto, assim como no *Grupo dos 12*, muitos poucos homens possuíam uma base política essencialmente na Campanha. Porto Alegre concentrava quase 1/3 do local de atuação profissional dos deputados gerais, assim como o eixo econômico próximo às charqueadas de Pelotas (incluindo Jaguarão e Rio Grande). Além disso, estes homens concentravam suas atividades nas áreas urbanas, mas sem se desconectar dos distritos rurais, onde estavam suas famílias e seu eleitorado. Obviamente havia advogados que também eram estancieiros, mas certamente as suas propriedades eram administradas por familiares ou terceiros.

Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Rio Pardo, Cruz Alta e Alegrete concentravam quase 70% dos locais de atuação profissional dos deputados gerais. Tornar-se conhecido era algo fundamental para um jovem que almejasse ingressar na carreira política, e as grandes cidades da época, com seus jornais, cafés, teatros e praças, eram um espaço privilegiado. O uso da imprensa e da máquina pública era fundamental na circulação de informações e no fortalecimento de uma candidatura. É importante mencionar que, apesar destes indivíduos não possuírem suas bases na região da Campanha, eles necessitavam do apoio dos estancieiros daquela região para conquistar seus votos, o que era feito através da troca de centenas de cartas, como já demonstrei em outros trabalhos (VARGAS, 2010).

Os índices apresentados evidenciam a importância de um diploma de curso superior na aquisição de altos cargos políticos. Somados os deputados gerais com os membros do *Grupo dos 12*, verifica-se que 22 (65%) eram bacharéis em Direito, sendo que 18 exerciam a advocacia. Entre os

mesmos, somente 8% não possuíam formação superior. Este índice é bastante baixo se comparado com o dos indivíduos que foram deputados provinciais, mas não conseguiram eleger-se à Câmara dos Deputados. Entre os mesmos, o índice de políticos sem formação chegou a 45%, entre 1868 e 1889. Portanto, esta comparação já esboça uma desigualdade de recursos necessários para entrar na disputa por espaços dentro da alta política, pois nem todas as famílias podiam investir nos estudos dos filhos. Para os não diplomados havia oportunidades na Assembléia Provincial e no preenchimento de cargos paroquiais (juiz de paz, delegado de polícia e vereador, por exemplo). Esta era a clivagem política mais significativa, pois como demonstrei, o perfil socioeconômico e educacional dos deputados gerais era praticamente o mesmo do *Grupo dos 12*. Contudo, ambos os grupos não estavam socialmente desconectados. Geralmente, grandes políticos tinham parentes sem formação superior ocupando os cargos paroquiais, de onde exerciam forte influência eleitoral e compunham uma peça fundamental na estratégia política da família (MARTINS, 2007; VARGAS, 2010).

Além disso, as famílias de algumas regiões estavam mais propensas a encaminhar os seus filhos para estudos superiores do que as de outras. Investigando a naturalidade de 113 rio-grandenses enviados para estudar Direito em São Paulo, entre 1832 e 1889, constatei que 22 (20%) eram da região da Campanha e 26 de Porto Alegre (23%). Mas a maior parte provinha do principal complexo charqueador da província, Pelotas, Jaguarão e Rio Grande (37%).[25] Estes dois últimos grupos somavam 60% da amostra. Porto Alegre (com 26 estudantes) e Pelotas (com 22) eram os municípios que mais tinham bacharéis em Direito formados em São Paulo. O planalto norte da Província era representado por apenas 5% dos estudantes, o que ajuda a explicar também a sua pouca representatividade dentro da elite política rio-grandense no período.[26]

Portanto, algumas regiões tinham maiores possibilidades de formar mediadores entre a província e a Corte, como Porto Alegre e Pelotas, por

[25] Trata-se dos estudantes para os quais conseguimos estas informações. Entre 1832 e 1889, formaram-se 163 rio-grandenses. Para maiores detalhes ver Franco (2001, p. 107-129).

[26] Fator que se inverteria completamente ao longo do século XX. Para maiores detalhes ver Heinz (2006).

exemplo. Não é coincidência que estas localidades também fossem as que apresentavam uma maior concentração de riqueza.[27] Pode-se concluir, pois, que havia uma relação direta entre riqueza familiar, formação superior e conquista de altos cargos políticos. Neste sentido, o diploma e o parlamento ampliavam o círculo de relações sociais da família, possibilitando uma melhor captação de recursos materiais, a ampliação das clientelas e a aliança com outras famílias poderosas por meio dos casamentos e batismos dos filhos. Portanto, apesar do investimento custoso, a educação superior trazia importante retorno para as famílias dispostas a executá-lo. O general Osório, por exemplo, despendeu uma fortuna para formar os seus três filhos homens[28], o que lhe foi retribuído anos depois com alianças familiares significativas, calcadas em uma poderosa engenharia de matrimônios que tinha nos filhos um importante elo de ligação política e econômica com outras famílias de elite.[29]

Família, nobreza e clientelismo

Portanto, fatores externos ao mundo da política estavam intimamente relacionados com o mesmo, muitas vezes condicionando-o e sendo condicionados por ele. Portanto, uma análise individualizada destes agentes corre o risco de oferecer uma imagem equivocada sobre esta elite política. O deslocamento do foco da análise para as famílias como unidades básicas

[27] Porto Alegre e Rio Grande concentravam os principais negociantes do litoral da Província, e Pelotas um núcleo charqueador com ascendência sobre Jaguarão.

[28] Na década de 1860, Osório queixava-se a um amigo das despesas necessárias com o estudo dos filhos. "Para o próximo verão, tornarei a pedir licença a fim de ir a minha fazenda desfrutar dos meus gados, para pagar o que devo e as despesas que fizerem meus quatro filhos nos estudos. Em 1864, também hei de pedir licença para levar um deles a estudar em São Paulo, se antes, em guerra, os *castelhanos* não me comerem os gados pela terceira vez, deixando-me sem recursos". Carta de Manuel Osório a Luis Bello, 29.01.1862 (OSÓRIO, 1894, p. 675; grifos no original).

[29] Os filhos de Osório possibilitaram, através de laços matrimoniais, a ligação de sua família com as dos Barões de Jarau e do Butuí, que figuravam entre os charqueadores mais ricos de Pelotas, e às famílias Antunes Maciel e Silva Tavares com membros na elite aqui analisada. Tanto Osório, quanto o seu filho Fernando, faziam parte do grupo dos 34 mediadores, que também incluíam outros parentes seus.

da política oitocentista oferece um maior dinamismo ao objeto investigado e enriquece a compreensão do sistema político monárquico. Assim, por trás de cada deputado havia familiares e uma rede de aliados apoiadores. As carreiras políticas eram profundamente dependentes desta rede de relações. Somente os políticos mais experientes, como senadores e conselheiros (muito devido à sua vitaliciedade), podiam gozar de um pouco mais de autonomia, mas ainda assim continuavam vinculados aos seus parentes e clientes provinciais, que buscavam recompensar.[30]

Portanto, investigando mais profundamente a trajetória dos 34 mediadores políticos, percebi que outros fatores também ajudavam a explicar o seu sucesso dentro da alta política. Um deles era a íntima relação estabelecida com famílias da elite política de fora do Rio Grande Sul. Destes 34 políticos, pelo menos 29 apresentaram algum tipo de ligação direta com as elites de São Paulo, do Rio de Janeiro e/ou de outras províncias. Aqueles que não possuíam tais vínculos na sua família, uma vez na Corte, tratavam de estabelecê-los. Foi o caso de Silveira Martins, que se casou com a irmã de um colega da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo pai era um importante advogado na Corte. Posteriormente, Gaspar também juntou sua família com a do mineiro Lafayette Rodrigues Pereira (senador, ministro e conselheiro de Estado).

Foi quando estudava em São Paulo que Francisco da Silva Tavares enamorou-se da filha de um fazendeiro paulista, o mesmo que aconteceu com Ildefonso Simões Lopes – irmão de um dos charqueadores mais ricos de Pelotas, o visconde da Graça. Ambos acabaram unindo suas famílias às elites do centro do país. Na faculdade de Recife, Severino Carneiro Monteiro arquitetou o casamento de um colega com a sua irmã, moça que vivia no distante município de Alegrete com os pais – barão e baronesa de São Borja. E Henrique d'Ávila, que também era colega de Silveira Martins na faculdade, anos mais tarde casou a sua filha com um professor da referida instituição.

As amizades adquiridas durante as longas estadas nas províncias do centro e na Corte também aproximavam estes mediadores rio-grandenses

[30] Ver, por exemplo, Graham (1997), Martins (2007) e Vargas (2010).

das elites centrais. No fim da vida, Antônio Eleuthério de Camargo, por exemplo, encontrava-se pobre e, "para não morrer de fome, entregou-se ao trabalho profissional".[31] As redes sociais que adquiriu no centro do país, onde havia cursado Engenharia e sido ministro e deputado, certamente foram acionadas naquela situação e, em 1891, um banco da cidade de São Paulo o contratou para o cargo da diretoria, salvando a ele e a sua família. Na década de 1880, o deputado geral Felisberto Pereira da Silva enfrentou importante oposição política no Rio Grande do Sul. Na ocasião, os amigos que fez no centro do país o acolheram, confiando-lhe altos cargos administrativos na Corte. Posteriormente, ele acabou "assumindo a direção de uma grande empresa industrial" (PORTO ALEGRE, 1976, p. 64; TEIXEIRA, 1920, p. 322-323; 342).

Como se pode ver, boa parte destas relações só se concretizava porque as academias funcionavam como centro de integração e socialização destas elites; daí a importância dos estudos superiores para o sucesso na política, cujas redes sociais ajudavam a explicar o próprio ingresso naquele mundo. Foi o caso de José Diana, que foi colega de faculdade e companheiro de quarto do filho do general Osório e por este trazido para dentro da política. Posteriormente, Diana tornar-se-ia sócio de uma empresa bancária juntamente com Henrique d'Ávila, que também era compadre do general citado. Os três foram ministros de Estado, e estas diferentes redes de relações davam uma coesão de interesses econômicos e políticos ainda mais significativos a esta elite política.

Os casos citados indicam que estes mediadores não possuíam seu poder centrado apenas na sua província. É possível perceber que a sua relativa facilidade em conectar-se ao mundo da Corte também era fruto da presença de parentes e amigos naquele lugar, ou seja, de uma rede social bem estabelecida fora do Rio Grande do Sul.[32] Em junho de 1872, por exem-

[31] Casos de políticos que tiveram suas fortunas arruinadas não foram raros. Senadores e deputados não recebiam salários. A política tinha seu preço e o endividamento era um perigo constante (VARGAS, 2010).

[32] Além disso, outros mediadores eram naturais de outras províncias, o que por si só os vinculava com o centro, como o duque de Caxias. Alguns migraram para a Corte sem deixar de manter vínculos com o Rio Grande do Sul, como o visconde de Mauá. Também havia aqueles magistrados e demais burocratas que, ao exercerem seus cargos no centro do país, estreitavam seus

plo, o visconde da Graça escreveu ao barão de São Borja enviando notícias: "O Sr. Rio Branco acha-se por modo tal compenetrado do risco que corremos na próxima eleição que não só quer candidato o meu irmão, como autorizou-me a entender-me diretamente consigo."[33] Esta carta é bastante reveladora, pois mostra que o chefe do Gabinete trocava correspondências com charqueadores da distante Pelotas, expressando quem ele gostaria que o Rio Grande enviasse à Corte como deputado geral. Tal atitude deve ser vista como algo compreensível, uma vez que os governantes necessitavam de uma maioria parlamentar dócil para pôr em prática os seus projetos. O exemplo pode ser dado na missiva que Silveira Martins enviou a Osório em 1865. "Fui ao Rio, falei com os *nossos amigos*, e a grande conveniência é mandar liberais à Câmara; eu conto quase infalível o meu triunfo, mas V. Ex. sabe que nesses negócios não há certeza."[34]

Uma vez dentro do "círculo dos grandes", estes indivíduos buscavam favorecer seus correligionários, familiares e clientes. Portanto, relações sociais mais abrangentes e que extrapolavam os membros do grupo e suas unidades familiares fortaleciam ainda mais a sua posição política e ajudavam a explicar a sua ascensão. Mas estes vínculos também existiam no interior do próprio grupo aqui analisado. Dos 34 mediadores, 14 (42%) possuíam ligações de parentesco consanguíneo ou por compadrio com membros do próprio grupo. Tais vínculos revelam a existência de uma concentração ainda maior entre estas famílias, unindo diferentes regiões da província por intermédio das próprias malhas de parentesco. Este fenômeno reduzia ainda mais o acesso ao mundo da alta política e constrangia os interessados em obter favores do governo central a terem um bom entendimento com estas famílias.

Desta forma, uma vez dentro deste círculo, a distribuição de favores para amigos, parentes e clientes era quase instantânea. Ao assumir o minis-

laços com a elite política imperial. Quando o general Osório faleceu, seus três filhos adultos encontravam-se na Corte a serviço, o que revela a expansão da família junto ao centro político do Império (Inventário do Marquês do Herval. Livramento. Cartório da Provedoria. Processo n. 23. maço 1, estante 86, APERS).

[33] Carta de João Simões Lopes. Pelotas, 23.06.1872. Arquivo do Barão de São Borja. Lata 450, pasta 9, carta 6 – IHGB.

[34] Carta de Silveira Martins a Manoel Osório, 09.09.1865 (OSÓRIO, 1922, p. 93; grifos meus).

tério da Guerra em 1878, as primeiras medidas do general Osório foram direcionadas ao favorecimento dos amigos e familiares. Fez do genro vice-presidente da Província, do filho mais velho deputado, do cunhado comandante da Guarda Nacional e diretor do Banco da Província. Seu padrinho de casamento foi alçado ao Comando da Fronteira de Quaraí e Livramento e, posteriormente, das Armas da Província. Outros parentes, como os Flores, receberam secretarias provinciais, além de outros amigos que foram igualmente beneficiados (VARGAS, 2010).

Silveira Martins, por sua vez, entregou a secretaria da Fazenda ao compadre e a presidência da Província a um antigo colega de faculdade. Os outros rio-grandenses nomeados ministros fizeram o mesmo. O advogado Henrique d'Ávila, que também foi colega de Silveira e compadre de Osório, foi nomeado ministro em 1883, logo após ter presidido a Província, comandado a Guarda Nacional no município de Jaguarão e sido eleito senador. Ao assumir a pasta da Agricultura, os jornais da Corte especulavam sobre quais seriam os primeiros favorecidos de D'Ávila: "Conta-nos que vão ser resolvidos sem demora, talvez hoje mesmo, as importantes questões da barra do Rio Grande do Sul, estrada de ferro D. Pedro I, e desobstrução do Rio Jaguarão." Os profetas acertaram, pois D'Ávila, logo que assumiu os trabalhos, tratou de investir em recursos e contratos para estas obras.[35] O também jaguarense José Diana, sócio de Henrique D'Ávila numa empresa bancária e que possivelmente também tinha interesses nas obras citadas, tornou-se ministro anos depois.

Mas os campos de batalha também uniam estes homens da elite. Corrêa da Câmara, que lutou com Osório no Paraguai, tornou-se seu amigo e, assim como ele, foi ministro e senador. Sua ascensão política levou um cunhado e outro compadre à Assembleia Provincial. E mesmo após abandonar a pasta da Guerra, ele continuava tirando proveito da época em que possuía tal poder político. Nas cartas que o visconde escreveu da Corte para a sua esposa, esta relação fica clara: "Saí de casa levando duas visitas e de volta encontrei outras esperando-me, que só agora me deixaram. Mu-

[35] *Jornal do Commercio.* Rio de Janeiro. 08, 10 e 11 de janeiro de 1878. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

dava de roupa quando entrava o Ministro da Guerra, com quem muito precisava falar sobre negócios do Exército [...]."[36] Dias mais tarde, ele revelava: "Não sei se te disse que o referido Ministro da Guerra mora neste mesmo hotel e, dando-se comigo, ouve-me sempre no que tem relação com o Exército."[37]

Em outras vezes, a captação de recursos se dava na forma de títulos nobiliárquicos, como fez o advogado Francisco Antunes Maciel ao assumir o Ministério do Império, de 1883 a 1884. Membro de uma família de ricos estancieiros e charqueadores, ele fez do primo Francisco Antunes Gomes da Costa o barão do Arroio Grande (1884), do seu irmão Leopoldo Antunes Maciel o 2° barão de São Luís (1884) e de outro parente, Aníbal Antunes Maciel, o barão de Três Serros (1884). O próprio Francisco tratou de conquistar um título para si próprio antes dos seus três parentes, consagrando-se barão de Cacequi, em 1883.[38]

Na sociedade brasileira dos oitocentos, um título de nobreza consagrava uma família, pois tal concessão era fruto de um reconhecimento, por parte do imperador, por serviços prestados à Coroa e à nação. Em nível local, as famílias abençoadas com tal honraria ascendiam a outro patamar na escala hierárquica de sua "aldeia". O investimento em títulos de nobreza também representava um retorno imaterial das perdas materiais efetuadas pelo portador do título. Não é à toa que a enxurrada de títulos concedidos aos rio-grandenses coincide com o período posterior à Guerra do Paraguai (Gráfico 1), onde muitos militares e oficiais da Guarda Nacional arriscaram suas vidas e de seus filhos, despendendo sua fortuna.[39]

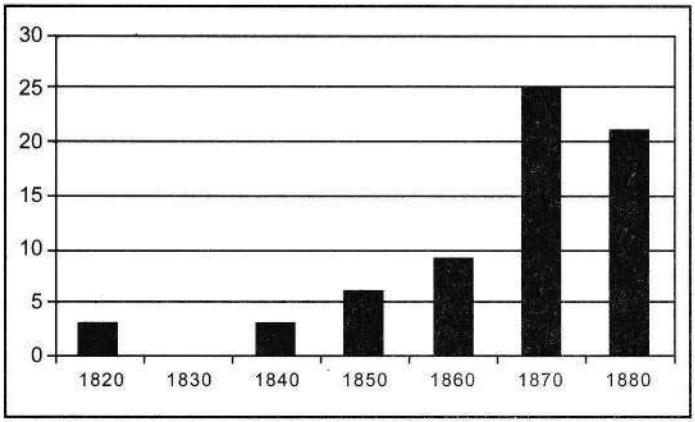
[36] Carta de 18.06.1884 (CÂMARA, 1979, p. 23).

[37] Carta de 11.06.1884 (CÂMARA, 1979, p. 25).

[38] Francisco da Silva Tavares, que também era um dos 34 mediadores, fez o mesmo para a sua família na região da Campanha.

[39] Como demonstrou Carvalho (2003), a libertação de sua escravaria também era um motivo que favorecia o recebimento do título, mas, no caso aqui analisado, grande parte dos nobres o recebeu por ter participado na Guerra do Paraguai (VARGAS, 2010).

Gráfico 1
Concessão de títulos de nobreza de 55 rio-grandenses (1825-1889)[40]



Do total de 58 nobres rio-grandenses que receberam títulos entre 1825 e 1889, 37 tiveram relação direta com Guerra do Paraguai, sendo que pelo menos 30 participaram efetivamente no campo de batalha, enquanto os outros sete contribuíram emprestando dinheiro ao governo. Destes 30 nobres, 17 haviam lutado também na Guerra contra Rosas e 16 contra os rebeldes farrapos. Engana-se quem pensa que estes nobres guerreiros formavam um grupo à parte da elite política aqui analisada. Estudar cada um destes grupos de maneira isolada é perder a dimensão social que permeava as relações políticas provinciais, pois os ocupantes dos principais cargos políticos e estes oficiais nobilitados se entrelaçavam nas mesmas famílias. Além disso, muitos nobres também eram políticos, o que acentuava ainda mais a sua ligação com os deputados, senadores e ministros. Dos 58 nobilitados, 23 (40%) ocuparam algum cargo político de importância (quatro ministros, dois senadores, dois ministros que também foram senadores, 4 deputados gerais, 11 deputados provinciais e dois presidentes de Província). Somando apenas ministros, senadores e deputados gerais, temos que 10 nobres frequentaram a Corte como representantes políticos da Provín-

[40] Não foi possível identificar o ano da titulação para 3 nobres. Para uma análise mais aprofundada e de como o gráfico foi elaborado ver VARGAS (2010). Especialmente o capítulo terceiro.

cia.[41] Dos 35 nobres restantes, ou seja, aqueles que não eram políticos, três tinham filhos deputados e cinco tinham genros igualmente deputados.

A relação das famílias nobilitadas com a formação educacional superior também foi nítida. Destes 58 nobres, 20 enviaram seus filhos para estudar nas academias do Império. Dos 38 restantes, 10 não o fizeram porque não tiveram filhos homens, sobrando 28 indivíduos. Destes 28, só consegui informações seguras para 23 deles. Portanto, 23 nobres ricos (40%) tiveram filhos homens e não os mandaram estudar fora da Província, ao contrário de 20 titulares. O que diferenciava estas famílias? Dos 20 nobres que enviaram os filhos para estudar fora, pelo menos 13 escolheram as academias de Direito do Império, enquanto quatro preferiram formar seus filhos em Medicina e outros quatro numa Escola Militar.[42] Para dois pais não foi possível identificar tal informação. No entanto, quando se somam todos os filhos destes 20 pais nobres (um total de 33), a diferença do bacharelismo em Direito aumenta bastante: 20 jovens formaram-se advogados, quatro militares, quatro médicos e dois engenheiros.[43] A partir destes indicadores, é possível dizer que as famílias nobres investiam mais numa carreira jurídica dos seus filhos, convergindo com as demais elites provinciais da época (CARVALHO, 2003).

Portanto, o envio do filho para estudar no centro do país parecia fazer parte de um *projeto familiar*, onde uma das principais metas era estabelecer (ou reforçar) uma intervenção mais qualificada no mundo da alta política. Isto fica mais claro quando investigamos a atuação política dos pais nobres que enviaram seus filhos e dos que não enviaram. Dos 20 nobres que mandaram seus filhos estudar fora, 10 (50%) já eram políticos, enquanto que entre os 23 que não mandaram, somente sete (30%) eram políticos. Mas, ao se observar o tipo de cargo ocupado pelos mesmos, estas diferenças ficam mais evidentes. Entre os sete políticos que não mandaram seus filhos, só um foi deputado geral, enquanto que entre os 10 que mandaram

[41] Além disso, estes indicadores convergem com o que apontou José Murilo de Carvalho, ou seja, de que os barões não faziam parte da elite política imperial de maneira significativa, mas sim os viscondes, condes e marqueses Carvalho (2003, p. 257-258).

[42] Dois pais enviaram seus filhos para estudar em academias diversas.

[43] Para três jovens não foi possível localizar o curso de formação.

há quatro senadores e um ministro (sendo que dois senadores também foram ministros). Ou seja, muitas das famílias que enviaram seus filhos para estudar fora da Província possuíam um projeto de intervenção política e aproximação com a Corte mais ambicioso e melhor estabelecido, enquanto as que não mandaram não possuíam um projeto nestas dimensões. Melhor dizendo, as famílias que não mandaram seus filhos estudar fora estavam mais isoladas na Província e em suas paróquias do que aquelas que enviaram. O filho diplomado estava investido de um dos atributos necessários para tornar-se um mediador, o que poderia ser utilizado para captar recursos diversos para a família, incluindo os próprios títulos de nobreza – que eram reconvertidos na busca de novos recursos. Ainda é possível argumentar que aqueles jovens cujos pais já possuíam algum tipo de ligação com o centro do país viam as suas possibilidades de sucesso na Corte aumentar, o que restringia ainda mais o círculo de famílias de onde estes mediadores surgiam.

Os dados analisados até aqui ajudam a revelar que havia uma nítida hierarquia entre as famílias dos 58 nobres selecionados. Aquelas que enviaram filhos para estudar fora estavam mais próximas do mundo da Corte. Entre estas 20 famílias estão os Osório, os Antunes Maciel, os Corrêa da Câmara, os Braga, os Silva Tavares, os Simões Lopes, os Ferreira Porto e os Ribeiro de Almeida. Entre 1868 e 1889, estas oito famílias, somando os seus laços de compadrio e matrimônio, congregavam sozinhas seis senadores (75% do total), quatro ministros (50% do total) e 12 deputados gerais (42% do total). Além disso, com exceção dos Ribeiro de Almeida, dos Braga e dos Corrêa da Câmara, as outras estavam ligadas entre si por estreitos laços de parentesco. Pode-se dizer, portanto, que a alta política rio-grandense, nas últimas décadas do Império, era um verdadeiro negócio entre famílias e que as mesmas simplesmente controlavam um dos mais importantes canais de mediação (se não o mais importante) entre a província e o Centro: o mundo da alta política.

Concluindo, as escolhas nas carreiras profissionais, as estratégias políticas e de nobilitação, a visão de mundo, entre outros aspectos da vida social, possuíam um nítido caráter familiar. A política vivenciada em casa, desde a juventude, era elementar no processo de iniciação, e a convivência com as redes de relações sociais estabelecidas pelos pais e familiares era de

fundamental importância para a execução dos primeiros passos. Pertencer a uma família com um projeto de intervenção político mais ambicioso possibilitava maiores sucessos na carreira, mas não os garantia. Por conterem relativa insegurança, as redes de relações estabelecidas pelos candidatos desde a sua juventude acadêmica até a fase adulta eram fundamentais para assegurar o retorno dos investimentos previamente realizados. São elas que ajudam a explicar por que alguns indivíduos conseguiram ascender até o *Grupo dos 12* e outros não, uma vez que os deputados gerais pertenciam aos mesmos estratos sociais e tinham a mesma educação superior que os ministros e senadores.

Neste sentido, muitos outros aspectos ajudavam a tornar estas elites mais coesas. É bastante significativo que entre os quatro únicos membros do topo desta elite política que acumularam os cargos de ministro e senador, encontravam-se dois compadres (Henrique d'Ávila e Osório), dois colegas de faculdade (Silveira Martins e o próprio d'Ávila) e dois companheiros do campo de batalha (Osório e o visconde de Pelotas), demonstrando que os mesmos não defendiam interesses políticos semelhantes apenas porque eram do Partido Liberal, mas também porque relações sociais externas ao mundo dos parlamentos os aproximavam. A ascensão de um tendia a favorecer a do outro. Ao ocuparem estes altos cargos, eles retribuíam aos aliados de longa data, contribuindo para a cristalização das hierarquias sociais locais e a desigualdade de oportunidades que explicavam as suas próprias trajetórias de exceção.

Referências bibliográficas

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara:* sua vida política. Porto Alegre: IEL, 1979. v. III.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada:* o regionalismo político no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial e *Teatro de sombras:* a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-53.

DANTAS, Mônica Duarte. Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 40-47, nov. 2009.

DOLHNIKOFF. Miriam. *O pacto imperial:* origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Julio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

_____. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. *Revista Justiça & História*, Porto Alegre: CEMJUG, p. 107-129, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira: Rio de Janeiro (1820-1850). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 119-137, maio 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX. *Revista Diálogos*, Maringá: DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 11-47, 2001.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por uma outra história das elites.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *"A velha arte de governar":* um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório.* Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1894. 1º v.

_____. *A cidade de Pelotas.* Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política rio-grandense no II Império (1868-1882).* Porto Alegre: UFRGS, 1974.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: ERUS, 1976.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). *Friends, followers and factions:* a reader in political clientelism. Berkeley: University of California, 1977. p. 293-304.

STONE, Lawrence. Prosopography. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, v. 19, n. 39, p. 115-137. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>.

TEIXEIRA, Múcio. *Os gaúchos.* Rio de Janeiro: Editores Leite Rieiro & Maurício, 1920. v. 1

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte:* os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana M. P. "Pai monarquista, filho republicano": propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: *Anais da VIII Mostra de Pesquisa do APERS:* produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Corag/APERS, 2010. p. 225-249.